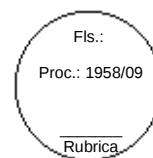




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



**Processo: nº 1.958/2009 (a).**

**Origem: Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPC/DF.**

**Jurisdicionada: Administração Regional de Samambaia - RA XII.**

**Assunto: Representação.**

**Ementa: . Representação nº 04/2009-CF oferecida pela Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA acerca de irregularidades verificadas na Administração Regional de Samambaia - RA XII, em face da contratação de execução de obras, mediante convites. Suspensão cautelar dos contratos. Realização de inspeção. Proposta de determinação de instauração de processos administrativos, manutenção da suspensão dos contratos e audiência de responsáveis. O Ministério Público acompanha as proposições da Instrução. Acolhimento parcial dos Pareceres.**

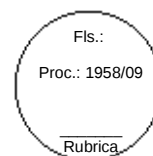
**. Declaração de Voto.**

### **DECLARAÇÃO DE VOTO (art. 71 do RI/TCDF):**

Os indícios constantes dos autos, de que ocorreu fraude à licitação pública, são robustos e exigem atuação rigorosa e eficiente desta Corte de Contas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Todavia, o Tribunal não pode abrir mão de observar o devido processo legal antes de determinar à jurisdicionada que, *"com fulcro no art. 45 da Lei Complementar nº 01/1994, adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei em razão das irregularidades comentadas no relatório de inspeção, atentando para o disposto no art. 49 da Lei nº 8.666/1993"* (alínea "b" do item II do voto do Relator).

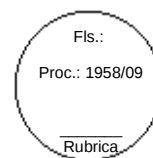
Ora, a aplicação do art. 45 da Lei Complementar nº 01/1994 c/c o art. 49 da Lei nº 8.666/1993 poderá levar à anulação do procedimento licitatório e do contrato. Assim, como já existe contrato com execução concluída (Contrato nº 40/2008) e outros em plena execução (Contrato nº 39/2008: empresa W.R.M. Engenharia e Construções Ltda executou 50% do objeto; Contrato nº 58/2008: empresa JBM Engenharia Ltda executou 67% do objeto; e Contrato nº 45/2008: empresa Alarcão Engenharia e Serviços Ltda executou 70,41% do objeto), necessário se faz, antes da determinação da providência sugerida pelo ilustre Relator na alínea "b" do item II de seu voto, que o Tribunal determine a citação da Administração Regional de Samambaia - RA XII e das empresas signatárias dos Contratos nºs 39, 40, 45 e 58/2008 para que apresentem os argumentos que entenderem pertinentes em relação às irregularidades apontadas na instrução produzida pelo Corpo Técnico do Tribunal.

No tocante à providência mencionada na alínea "c" do item II do voto do Relator (*"oriente a Administração Regional de Samambaia (RA XII) para que, adotando as devidas cautelas quanto à qualidade das obras, proceda ao seu recebimento, promovendo a competente liquidação de despesa"*), entendo que deve aguardar a manifestação do Tribunal no tocante à necessidade ou não de se determinar a anulação dos procedimentos licitatórios e dos respectivos contratos, o que somente terá lugar após a manifestação da jurisdicionada e das empresas contratadas sobre a regularidade das avenças em análise.

Quanto à providência constante da alínea "a" do item II do voto do Relator, de se determinar a instauração de processos administrativos ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87 c/c art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993 (suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública), verifico que a única divergência entre a 1ª ICE e o Relator é que este entende que os processos devem ser



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



instaurados pela Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal e aquela advoga que devem ser instaurados pela Administração Regional de Samambaia - RA XII.

Quanto a esse aspecto específico, com a devida vênia, dirijo de ambos, vez que o § 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993 estabelece que a sanção prevista no inciso IV desse mesmo artigo é de aplicação exclusiva de Secretário de Estado, razão pela qual a determinação do Tribunal deve ser dirigida à Secretaria de Estado de Governo, órgão ao qual se encontram vinculadas as Administrações Regionais.

Em relação à audiência dos membros da Comissão de Licitação, bem como do Administrador Regional e dos responsáveis pela elaboração dos projetos básicos, tendo em conta a gravidade dos fatos apurados pela 1ª Inspeção de Controle Externo, entendo que eles também devem ser chamados à apresentar justificativas ante a possibilidade do Tribunal aplicar sanção prevista no artigo 60 da Lei Complementar nº 01/1994 (inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança).

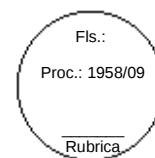
Isto posto e lamentando divergir parcialmente do ilustre Relator, Conselheiro Paiva Martins, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I - tome conhecimento:

- a) do Relatório de Inspeção, realizado em atenção ao inciso III da Decisão nº 670/2009;
- b) dos documentos juntados aos autos (fls. 89/168);
- c) dos anexos I a XII.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

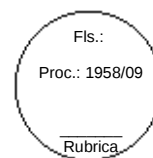


**II - determine:**

- a) à Secretaria de Estado de Governo que instaure os devidos processos administrativos, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87 c/c art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993, em razão das irregularidades comentadas no tópico I do Relatório de Inspeção, às seguintes empresas: Construtora Ícone Ltda.; Engeforte Incorporações Ltda.; JD Construções e Instalações Ltda.; W.R.M. Engenharia e Construções Ltda.; Construtora Pollo Comércio e Incorporações Ltda.; Terra Oeste Terraplanagem, Escavações e Transportes Ltda.; Carga Total construções e Transporte Ltda.; Ericstel construções Ltda.; RN Construtora Ltda.; Brisa Construções Ltda.; Futura Construções e Incorporações Ltda.; Implanta Construções Ltda.; HB Engenharia Ltda.; Repasa Pavimentações Ltda.; Geométrica Engenharia e Construções Ltda.; Alacon Engenharia Ltda. (ou Alarcão Engenharia e Serviços Ltda.); Brasgo Engenharia Ltda.; Aliança Empresarial Engenharia Ltda.; Entec Engenharia e Consultoria Ltda.; D & M Construtora Ltda.; Engel Construções, Indústria e Comércio Ltda.; Uzimix Engenharia e Comércio Ltda.; Construtora Ebrax Ltda.; Construtora Oslo Ltda.; JBM Engenharia Ltda.; Damluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda.; Compacta Construções e Projetos Ltda.; Construtora Memorial Incorporadora Ltda.; Pentag Engenharia Ltda.; Soloart Terraplanagem Ltda.; LGP Construções e Projetos Ltda.; Construtora Ávila de Azevedo Ltda.; Engemaxi Engenharia Ltda.; Construtora Ipê Ltda.; Conservenge Construção e Conservação Ltda.; Spasso Engenharia Ltda.; Área Engenharia Ltda.; Pirâmide Engenharia Ltda.; Menezes Engenharia e Construções Ltda.; TEC Construtora Ltda.; Formato Comércio e Construções Ltda.; Entherm Engenharia e Sistemas Termomecânicos Ltda.; Estrela Construções e Edificações Ltda.; Millenium Construções e Serviços Ltda., informando ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas;



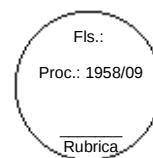
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



- b)** a notificação da Administração Regional de Samambaia - RA XII e das empresas signatárias dos Contratos nºs 39, 40, 45 e 58/2008 para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem os argumentos que entenderem pertinentes em relação às irregularidades apontadas no Relatório nº 03/2009 - 1ª ICE, ante a possibilidade do Tribunal determinar a anulação dos referidos ajustes com esteio no artigo 45 da Lei Complementar nº 01/1994 c/c o artigo 49 da Lei nº 8.666/1993;
- c)** à Administração Regional de Samambaia - RA XII que mantenha suspensos a execução e os respectivos pagamentos dos contratos mencionados na alínea anterior, nos termos do item II da Decisão nº 670/2009, até ulterior deliberação do Tribunal;
- d)** a audiência dos servidores:
- d.1)** Alexandre de Freitas, Renata Michele Bento Alves, Juliana Rannibelly Oliveira e José Ricardo Moraes Verano, membros da Comissão de Licitação, bem como o Sr. José Luiz Vieira Naves, Administrador Regional de Samambaia, responsável pelos atos de adjudicação dos objetos, para que apresentem justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das irregularidades comentadas no Tópico II do Relatório de Inspeção, vez que estão sujeitos à sanção prevista no art. 57, inciso II, e 60 da Lei Complementar nº 01/1994 c/c o art. 182, inciso I, do Regimento Interno do TCDF;
- d.2)** Francisco Augusto de Oliveira (Diretor de Obras) e Marcelo Pimentel Gonçalves (Gerente de Conservação e Manutenção), responsáveis pela elaboração dos projetos básicos, e ao Sr. José Luiz Vieira Naves, Administrador Regional de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Samambaia, responsável pela aprovação dos projetos básicos, para que apresentem justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das irregularidades comentadas no Tópico III do Relatório de Inspeção, vez que estão sujeitos à sanção prevista no art. 57, inciso III, e 60 da Lei Complementar nº 01/1994 c/c art. 182, inciso II, do Regimento Interno do TCDF;

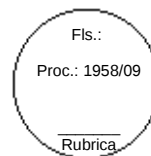
- d.3)** José Luiz Vieira Naves, Administrador Regional de Samambaia, que apresente justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre a irregularidade comentada no Tópico IV do Relatório de Inspeção, pois está sujeito à sanção prevista no art. 57, inciso II, e 60 da Lei Complementar nº 01/1994 c/c o art. 182, inciso I, do Regimento Interno do TCDF.

**III - autorize:**

- a)** o envio de cópia do Relatório de Inspeção (nº 03/2009 - 1ª ICE – fls. 170/192), dos documentos de fls. 89/168, deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser exarada à Secretaria de Estado de Governo e à Administração Regional de Samambaia - RA XII para subsidiar o cumprimento das determinações constantes no item anterior;
- b)** remessa de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, em razão do disposto no art. 185 do Regimento Interno do TCDF, por intermédio do *Parquet* que atua junto ao Tribunal, para que sejam levadas avante as averiguações dos ilícitos puníveis na esfera penal e dos atos de improbidade administrativa;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



- c) o retorno dos autos à 1ª Inspeção de Controle Externo para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2009.

**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**  
Conselheiro-Relator

DIGITALIZADO